



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios

OFÍCIO SEI Nº 219370/2020/ME

Brasília, 03 de setembro de 2020.

Ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

**Assunto: Prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal.**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.105573/2020-31.

Senhores Conselheiros,

1. Refiro-me ao processo de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

2. Conforme disposto no Parecer SEI nº 11222/2020/ME (Documento SEI nº 9081761) o Regime de Recuperação Fiscal do Estado encerrar-se-ia dia 5/9/2020. Contudo, decisão liminar Excelentíssimo Senhor Bruno Dantas, Ministro do Tribunal de Contas da União, no âmbito do processo TCU nº 029.151/2020-1 (Documento SEI nº 10181345) estabeleceu que:

Dessa feita, decido: 21.1. **determinar cautelarmente** ao Ministério da Economia que, na hipótese de existência de pedido formal por parte do Estado do Rio de Janeiro instruído dos elementos e informações previstos na Lei Complementar 159/2017 e no Decreto 9.109/2017, ou de recomendação por parte do Conselho de Supervisão no sentido da prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal junto à Secretaria do Tesouro Nacional, **se realizados ainda durante a vigência original do Plano de Recuperação Fiscal**, esse seja considerado, em caráter extraordinário e exclusivamente para o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, **passível de prorrogação até o pronunciamento conclusivo** do Ministério da Economia sobre a **necessidade** e a **eficácia** da prorrogação definitiva para o equilíbrio das contas estaduais, ou sobre sua **rejeição**, nos termos do art. 2º, § 2º, c/c art. 4º, §§ 3º e 5º; e art. 7º, inciso II, todos da Lei Complementar 159/2017; (...)

21.5. informar ao Estado do Rio de Janeiro que, com a cautelar determinada nos termos do subitem 21.1 deste despacho, assegura-se ao ente federado a possibilidade de ter o seu Plano de Recuperação Fiscal prorrogado, mas que o cumprimento dessa medida pelo Ministério da Economia depende de pedido formalizado pelo ente dentro do prazo de vigência do atual Plano; (...)

3. Assim, o prazo previsto no Parecer SEI nº 11222/2020/ME (Documento SEI nº 9081761) para o encerramento do Regime pode ser flexibilizado caso, durante a vigência do Regime de Recuperação, o Estado apresente pedido formal de prorrogação do Regime e este pedido seja instruído:

a) dos elementos e informações previstos na Lei Complementar 159/2017 e no Decreto 9.109/2017; ou

b) de recomendação por parte do Conselho de Supervisão no sentido da prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

4. Isso posto, esta Secretaria, considerando que lhe compete tanto a instrução da parte de avaliação financeira do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelos Estados quanto a avaliação dos requisitos fiscais de adesão, enviou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 31/08/2020, o Ofício SEI n.º 213939/2020/ME (Documento SEI nº 10210308) com instruções acerca do processo de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal.

5. Conforme consta do referido ofício, a estrutura e informações do Plano de Recuperação Fiscal são definidas pelo art. 1º do Decreto nº 9.109, de 2017:

Art. 1º (...)

§ 2º O Plano de Recuperação de que trata o caput será elaborado e apresentado, em formatos físico e eletrônico, com a estrutura e o conjunto de informações seguintes:

I - seção de apresentação do Plano de Recuperação e de diagnóstico da situação de desequilíbrio financeiro, que conterá:

a) diagnóstico sobre a situação da arrecadação tributária, da folha de pagamentos de pessoal ativo, inativos e pensionistas, do endividamento, dos restos a pagar e das obrigações inadimplidas e do patrimônio estadual;

b) comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação ao Regime de Recuperação Fiscal estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 ;

c) duração esperada para o Regime de Recuperação Fiscal, considerada, se necessária ao atingimento do equilíbrio fiscal durante a vigência do Regime, a prorrogação por período não superior àquele originalmente fixado; e

d) receitas e despesas realizadas dos últimos três exercícios e projeção do fluxo de caixa mensal estadual para o exercício corrente e os seis exercícios seguintes, desconsiderados os efeitos das medidas de ajuste do Plano de Recuperação apresentado;

II - seção de detalhamento das medidas de ajuste, que conterá:

a) lista de dívidas com a União administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda afetadas pela redução extraordinária de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017 , com os respectivos fluxos de pagamentos;

b) lista de dívidas garantidas pela União para as quais o Estado pretende usar a prerrogativa de suspensão da execução de contragarantias de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº 159, de 2017 , com os respectivos fluxos de desembolsos e de pagamentos;

c) lista de empresas que serão privatizadas e dos passivos que serão quitados, ordenados por prioridade de pagamento, com estimativas dos seus valores e do prazo máximo para privatização, observado o disposto no § 3º ;

d) lista de operações de crédito que serão contratadas, reestruturadas ou aditadas durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal com as finalidades, as datas previstas para a contratação, as garantias envolvidas, os valores, os desembolsos e os fluxos de pagamentos;

e) lista de medidas de ajuste propostas e prazos máximos para a sua adoção; e

f) impacto esperado de cada medida de ajuste proposta sobre a projeção do fluxo de caixa estadual para o exercício corrente e os seis exercícios seguintes;

III - seção de apuração do equilíbrio fiscal, que conterá a projeção mensal do fluxo de caixa estadual para o exercício corrente e os seis exercícios seguintes, considerados os efeitos das medidas detalhadas na seção de que trata o inciso II deste parágrafo;

IV - comprovação de que as privatizações de empresas estatais autorizadas pelo Estado para atender ao disposto no inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017 , gerarão recursos suficientes para a quitação de passivos, segundo os critérios definidos pelo Ministério da Fazenda;

V - conjunto de leis estaduais que permitam ao Estado implementar as medidas de ajuste propostas; e

VI - anexo de riscos fiscais e passivos contingentes que, ao se materializar, poderiam afetar a efetividade do Plano de Recuperação e ensejar alterações no Plano originalmente elaborado.

6. Ressalta-se que o Estado já havia sido instruído anteriormente sobre como elaborar o Plano, notadamente durante a fase de elaboração do Plano de Recuperação homologado em 2017. Por outro lado, como o processo de prorrogação na forma definida pelo Parecer SEI nº 11222/2020/ME (Documento SEI nº 9081761) possui especificidades decorrentes da existência de Regime em vigor foram fornecidas algumas instruções adicionais ao Estado:

**4. Especificamente para o caso do Estado do Rio de Janeiro deve-se considerar que: (i) o Plano de Recuperação do Estado do Rio de Janeiro as projeções têm setembro de 2023 como limite temporal; e (ii) o diagnóstico acerca da situação de desequilíbrio financeiro deve abranger os meses entre janeiro de 2017 e julho de 2020.** Na página <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-do-regime-de-recuperacao-fiscal/2019/30> é possível obter manual e planilha com algumas orientações adicionais acerca da documentação relativa ao Plano de Recuperação Fiscal.

7. Não obstante o conjunto de elementos e informações que integram o Plano de Recuperação Fiscal estar bem definido no Decreto nº 9.109, de 2017, esta STN reconhece que a elaboração de um Plano é um processo complexo que costuma envolver diversas áreas diferentes do Estado, especialmente quando é necessário um elevado volume de medidas de ajuste para que o Estado consiga atingir o equilíbrio fiscal. Nesse sentido, no Ofício SEI nº 213939/2020/ME (Documento SEI nº 10210308) esta Secretaria recomendou que o Estado apresentasse, no prazo fixado pelo Excelentíssimo Ministro do TCU, o que seria o conjunto absolutamente mínimo de informações para dar início ao começo da elaboração do Plano, quais sejam as informações que servirão para a elaboração do diagnóstico fiscal do Estado. Assim, o Ofício SEI nº 213939/2020/ME (Documento SEI nº 10210308) dispõe que:

5. Considerando-se o exíguo prazo para a instrução adequada do Plano de Recuperação Fiscal **esta Secretaria recomenda ao Estado do Rio de Janeiro que apresente, até dia 04/09/2020, no mínimo, seu pedido de prorrogação da vigência do Regime de Recuperação Fiscal, cronograma de trabalho para a complementação das demais informações previstas no art. 1º do Decreto nº 9.109/2017 e diagnóstico** acerca da:

- a) Situação atual da arrecadação tributária, com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- b) Situação atual da arrecadação (receitas não tributárias, incluindo, royalties) com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- c) Situação atual da folha de pagamentos de pessoal ativos, inativos e pensionistas, com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- d) Situação atual das despesas (custeio e capital – exceto pessoal), com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- e) Situação atual do endividamento, com a seguinte abertura: dívida com a União, dívida com bancos públicos, dívida com multilaterais e dívida com os demais credores. Deverá ser apresentada a evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 para as operações eventualmente reestruturadas nos termos da LC 173/20;
- f) Situação atualizadas da evolução dos restos a pagar: com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (estimativa até julho); e
- g) Situação atualizada de obrigações eventualmente inadimplidas nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho).

8. O ofício supramencionado foi respondido pelo Estado dia 03/09/2020 por meio do Of. GG 222/2020, encaminhado à esta Secretaria através de email (Documento SEI nº 10324011). **O Estado enviou parcialmente o mínimo de informações solicitadas, todas de forma precária para que possam ser aproveitadas na seção de diagnóstico do Plano de Recuperação Fiscal. Até o presente momento esta Secretaria não recebeu do Estado a proposta de cronograma de trabalho para a complementação das informações previstas no Decreto nº 9.109, de 2017.**

9. Diante do exposto, questiona-se ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal se, conforme previsto na decisão liminar do Tribunal de Contas da União, o órgão deseja ratificar os termos do Parecer SEI nº 11222/2020/ME (Documento SEI nº 9081761) para que ele seja aplicado até o "pronunciamento conclusivo do Ministério da Economia sobre a necessidade e a eficácia da prorrogação definitiva para o equilíbrio das contas estaduais ou sua rejeição":

Diante do disposto no Plano de Recuperação Fiscal homologado e considerando o não envio de um pedido expresso do estado do Rio de Janeiro para prorrogação do prazo do Regime de Recuperação Fiscal que traga novas projeções e novas medidas de ajuste, o Conselho, no intuito de dar cumprimento ao inciso III do art. 23, ou seja, de recomendar providências com vistas a atingir as metas do Plano de Recuperação Fiscal homologado entende que a

prorrogação do prazo do Regime de Recuperação Fiscal é necessária para que o estado possa buscar atingir o equilíbrio fiscal no quinto ano.

Contudo, ressalva-se que, segundo o § 5º do art. 15 e o art. 22 do Decreto federal nº 9.109/2017, o Conselho deverá se pronunciar novamente sobre o prazo específico necessário e suficiente para a prorrogação somente após análise das projeções financeiras e das medidas de ajuste fiscal que será feita pela Secretaria do Tesouro Nacional e análises de competência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Adicionalmente, este parecer se baseia no Plano vigente, portanto, o Conselho recomenda ao estado do Rio de Janeiro que, seguindo o disposto no Parecer SEI nº 2648/2019/ME da PGFN, protocole na Secretaria do Tesouro Nacional o pedido de prorrogação, acompanhado deste parecer e das informações solicitadas pelo Conselho e pela STN para que se possa analisar se a prorrogação além de necessária também será suficiente para atingir o equilíbrio fiscal.(...)

Por fim, recomenda-se que, se a prorrogação da vigência do Regime de Recuperação Fiscal for de interesse do estado do Rio de Janeiro, o estado encaminhe o pedido formal de prorrogação com as informações listadas abaixo, visto que o período de vigência do referido Regime se encerra em 5/9/2020 e todo o trâmite previsto pela legislação necessita ser seguido:

- a) Informações se as leis de adesão tiveram sua eficácia reduzida, conforme solicitado por meio do Ofício SEI nº 62208/2019/ME;
- b) Plano de Recuperação Fiscal com atualizações das projeções fiscais retificadas, conforme OFÍCIO SEI Nº 150/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 16 de agosto de 2019 e Ofício SEI nº 62208/2019/ME com orientação para que o estado estabelecesse tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional;
- c) Substituição das medidas não executadas ou que possuam execução abaixo do projetado com as respectivas notas metodológicas, conforme disposto no OFÍCIO SEI Nº 50923/2019/ME de 25 de outubro de 2019;
- d) Esclarecimentos sobre Programa de Pagamento de Restos a Pagar Processados, conforme OFÍCIO SEI Nº 162/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 02 de setembro de 2019;
- e) Esclarecimentos gerais sobre receitas e despesas solicitados pelo Conselho de Supervisão ao estado do Rio de Janeiro e não respondidos até o momento; e
- f) Esclarecimentos solicitados pela Secretaria do Tesouro Nacional e outros órgãos do Ministério da Economia para que se possa elaborar análise sobre a situação fiscal do estado e a possibilidade de atingimento do equilíbrio fiscal ao final do Regime de Recuperação Fiscal.

10. No caso de o Conselho entender que é necessária a prorrogação do Regime segundo o previsto na decisão liminar do TCU, esta Secretaria propõe a adoção de cronograma de trabalho tendo como referência o utilizado para a adesão ao Regime, mas com a supressão das etapas que não fazem sentido em decorrência da existência de monitoramento especial pelo Conselho. Assim, sugere-se o seguinte cronograma para a elaboração do Plano:

- a) cinco dias úteis, contados da comunicação de que o pedido do Estado será avaliado segundo o determinado na decisão liminar, para que o Estado encaminhe a documentação do Plano de Recuperação, exceto o que possui prazo específico definido nos próximos itens. Após a avaliação da STN o Estado deve ter até cinco dias úteis para promover as complementações necessárias;
- b) dez dias úteis, contados da comunicação de que o pedido do Estado será avaliado segundo o determinado na decisão liminar, para que o Estado elabore o que deverá compor a seção de diagnóstico do Plano de Recuperação. Após a avaliação da STN o Estado deve ter até quinze dias para promover as alterações necessárias;
- c) um mês, contado da comunicação de que o pedido do Estado será avaliado segundo o determinado na decisão liminar, para que o Estado elabore o cenário base do Plano de Recuperação, inclusive as notas técnicas pertinentes. Após a avaliação da STN o Estado deve ter até quinze dias para promover as alterações necessárias; e
- d) dois meses, contados da comunicação de que o pedido do Estado será avaliado segundo o determinado na decisão liminar, para que o Estado elabore as medidas de ajuste que comporão

o cenário ajustado do Plano de Recuperação, inclusive as notas técnicas pertinentes. Após a avaliação da STN o Estado deve ter até quinze dias para promover as alterações necessárias.

11. Para evitar alongamento indevido pelo Estado na elaboração do Plano é preciso estabelecer uma data máxima para a conclusão da parte dos trabalhos que lhe cabe. **Sugere-se a data de 31/12/2020 para conclusão da instrução do Plano pelo Estado.**

12. Por fim, solicito que o Conselho se pronuncie caso deseje que esta STN se debruce sobre algum aspecto analítico adicional, bem como se gostaria que fossem requisitadas outras informações além daquelas que constam da Lei Complementar nº 159, de 2017, do Decreto nº 9.109, de 2017, e do Manual de Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

BRUNO FUNCHAL

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Funchal, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 04/09/2020, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10324014** e o código CRC **3530FD92**.

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo, Edifício Anexo ao Bloco P - Bairro Esplanada dos Ministérios  
CEP 70.048-900 - Brasília/DF  
(61) 3412 3042 - e-mail [rrf@tesouro.gov.br](mailto:rrf@tesouro.gov.br) - [www.economia.gov.br](http://www.economia.gov.br)